Favela da Vergueiro e modernização à brasileira: apontamentos sobre industrialização e trabalho na formação do capitalismo no Brasil[1]

Fernão Lopes Ginez de Lara[2]

Favelas e a crise do trabalho: uma abordagem inicial

O percurso que pretendemos seguir nesse texto situa as favelas enquanto fenômenos específicos do mundo moderno; nosso objeto é a favela do Vergueiro, que existiu entre 1951 e 1969 na cidade de São Paulo. Estudamos essa favela como forma de contribuir ao estudo da pobreza e suas causas, compreendendo-a como lugar de moradia das pessoas mais pobres entre as mais pobres (KOWARICK, 1980). Mas destacamos a importância do tema dada a generalização do fenômeno ao redor do globo na virada do século XX para o XXI (DAVIS, 2006).

O estudo sobre as favelas que fazemos é um estudo sobre a pobreza, mais especificamente, sobre a pobreza urbana. Sobretudo, não se trata de compreendê-la como um problema local; se assim fosse, seria possível sua eliminação por meio de ações planejadoras estatais. Admitimos o contrário: que não somente não se trata de um problema específico, mas de algo que é inerente ao próprio desenvolvimento do capital; como também muitas das intervenções em favelas revelam a visão ideológica da cidade e da urbanização oriunda das políticas estatais, próprias ao capital.

Preferimos buscar os elementos fundamentais da socialização capitalista para compreensão dos motivos que levaram ao fato de, não somente a pobreza não estar relacionado à falta de desenvolvimento (como apareceu em larga escala na economia, urbanismo e na geografia urbana), como é justamente o desenvolvimento, ou a modernização, que propicia a formação de favelas ou outros fenômenos da habitação popular precarizada. Note-se que a precarização não é temporária, mas permanente e se situa como forma de sobrevivência que expressa contradições do processo produtivo capitalista.

Aponta-se dessa forma para a existência de uma crise do trabalho, expressando o aprofundamento de contradições imanentes à reprodução capitalista – a saber, a contradição capital-trabalho –; há uma autonomização do capital em relação a sua fonte geradora de valor (o trabalho), que é paulatinamente negado enquanto própria forma de o

---

1 O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

2 Mestrando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo

capital em tentativa de resolução da crise de acumulação. Reconhece-se a necessidade de considerar aspectos lógicos da reprodução capitalista, entendendo a importância de se considerar a diminuição da composição orgânica do capital e a expulsão do capital variável face ao aumento do capital constante, consequência do processo que Marx nomeou de "queda tendencial da taxa de lucro" (MARX, 1983).

Compreendendo a existência de um sistema mundial capitalista, deslocamos a crítica dos supostos sujeitos do capital (capitalistas), postos enquanto classe, para compreendê-los enquanto personificação de uma lógica abstrata. A crítica obstinada na leitura pelo viés das classes muitas vezes não se deteve à lógica do processo, deixando de considerar elementos considerados a priori – como a nação ou o Estado – e perdendo a capacidade de uma crítica mais profunda, ao não considerar tais elementos enquanto constituintes-constituídos pelo capital. As classes parecem-nos mais enquanto aparência do processo lógico, inclusive sendo móveis e mutáveis – como a própria noção de proletariado identificada ao operariado fabril do século XIX, que nos séculos XX e XXI foi resignificada. Reconhecemos que a crítica ao capital – e toda a crítica se faz com objetivo de buscar sua superação – ganha em potência se ao invés de mirar nas "classes dominantes", tiver como objetivo a lógica do processo reprodutivo, ou o processo de acumulação e a socialização pelo valor[3].

Outra categoria que deve ser observada com muito cuidado é a de "nacional". A nação, indissociável do Estado moderno, deve ser compreendida enquanto categoria própria do moderno e da modernização, como forma surgida no e para o capitalismo, como forma de proteção dos mercados e capitais *nacionais*. Antes do capitalismo, a nação não estava presente; pode-se afirmar que outra coisa, similar, pudesse existir, mas considerá-la na antiguidade seria uma forma de hipostasiá-la, visto que é parte de uma ontologia própria da modernização (KURZ, 2004). Dito de outra forma: a crítica pela nação não supera o capital, e possivelmente se situa de modo similar à crítica pelas classes extendidas à nação, como se houvesse países "proletários" e países "burgueses" – no que consiste uma tábula rasa que achata disparidades internas a um país.

Chega-se à necessidade de reconhecer enquanto históricas as categorias do capital, no sentido de que elas estão presentes apenas no capitalismo e que não são universalidades enquanto lógicas gerais, *ontológicas* ou *humanas*. Considerá-las como trans-históricas levou à concepção de evolução também à ciência social, situando o passado como algo primitivo, inferior ou inacabado em relação ao progresso do moderno. Mas, "*também todas as sociedades contemporâneas, ainda não – ou não completamente – compreendidas pela*

3 Para tal crítica, recorremos a KURZ, 1996 e KURZ, 2004; mas também DAMIANI, 2009.

ontologia moderna, foram adaptadas ao mesmo esquema; elas eram vistas como "subdesenvolvidas", "imaturas" e "inferiores". A filosofia da história assim construída no esclarecimento serviu essencialmente como ideologia legitimadora da colonização interna e externa." (KURZ, op. Cit.).

Dessa forma, acreditamos que o debate sobre a oposição desenvolvimento x subdesenvolvimento, e mais especificamente as questões por ele discutidas, devem ser revisitadas levando em consideração que há uma determinação do pensamento que as situou enquanto diferenciação temporal, considerando apenas a história como uma sucessão de eventos; preferimos considerar a sobredeterminação da simultaneidade na modernização. Há, evidentemente um descompasso na formação das categorias em cada parte do mundo, dado que valores presentes no dito "centro" do capitalismo – como os direitos individuais – não se difundem com a mesma rapidez que o valor, a mercadoria, o capital e o lucro. Consideramos que a mercadoria é uma espécie de "ponta de lança" que converte sistemas locais de produção em modo de produção de mercadorias – capitalista, ainda que o trabalho e outras categorias assumam feições próprias. Essa modernização entretanto aparece como uma situação de "atraso", "arcaica", "periférica", "marginal" ou mesmo "subdesenvolvida". Chamamos à atenção ao fato de que não se trata de uma diferença temporal (atraso, arcaico), ou uma situação de isolamento ou exclusão (periférico, marginal), nem de ausência de desenvolvimento: trata-se da forma de ser do processo de modernização, que caso seja entendido como processo sucessivo, não dá conta que tais processos da dita "periferia do sistema" se dão em simultaneidade com os do "centro".

A ideologia modernizadora – que também poderíamos chamar de "desenvolvimentista" – passa a afirmar o mundo a partir de uma das partes, aquela cuja *aparência* é de novo; há uma "*luta constante entre o novo e o velho, mas sempre restrita a princípios novos e velhos dentro do próprio capitalismo*" (IDEM). Para dar apenas um exemplo, basta lembrar que a demanda por algodão como matéria-prima por parte da indústria inglesa provocou alterações drásticas no sistema produtivo da região nordeste do Brasil (VIEIRA JR, 2004), considerado posteriormente como atrasada.

Tanto pela coincidência do período como pelas práticas efetuadas, elegemos o pensamento cepalino[4] como representante efetivo do nacional-desenvolvimentismo para análise em nossa pesquisa sobre a favela do Vergueiro. A noção de atraso está

4 CEPAL: Comissão Econômica Para a América Latina. Constitui-se como comissão da ONU enquanto um fóro de pensamento para o desenvolvimento dos países, sob o qual se encotraram economistas e planejadores de toda a América Latina. Dentre os integrantes mais proeminentes, destacamos Raul Prebisch, Celso Furtado e Jorge Ahumada.

profundamente incorporada nesse projeto, que nada mais é que um projeto de planejamento macro-estrutural da dita “periferia” latino-americana. Baseia seus princípios a partir da oposição básica entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, e nasceu após o final da Segunda Guerra Mundial, ainda que o pensamento por trás dela tenha se estruturado a partir do fechamento da economia mundial pós crise de 1929. O objetivo seria romper a dependência externa e alterar a posição desfavorável desses países na divisão internacional do trabalho, numa posição profundamente anti-liberal e de bases estatistas.

Evidentemente, a crise havia evidenciado os limites da desregulamentação mercantil e da livre-concorrência. O reconhecimento de que o capitalismo era suscetível a crises cíclicas de superprodução reforçou a defesa do papel do Estado enquanto planejador social dominante, regulador e gestor do capital. E é fato que a CEPAL deu espaço a um pensamento original, de inspiração keynesiana, que vislumbrou a possibilidade de superação das disparidades entre países e da dependência nacional através de um Estado intervencionista na economia – era o estruturalismo latino-americano. Longe de fazer uma crítica profunda ao capitalismo, buscava-se uma forma de “consertá-lo” para deixá-lo mais justo. O nacional-desenvolvimentismo se põe como uma modernização recuperadora, mas também representa um movimento pendular entre liberalismo e estatismo, desrregulação e regulação, descrito por Robert Kurz[5].

Mas sobretudo, há que se considerar que o cepalismo propõe uma interpretação nativa do capitalismo, ou de como ele se manifesta na periferia, tendo alçado ao primeiro plano a pobreza enquanto um problema peculiar das sociedades capitalistas “periféricas”.

Uma das grandes questões que dizem respeito ao desenvolvimentismo consiste em suas estratégias para conseguir melhorar a situação dos países “periféricos”. Para Raul Prebisch, por meio da industrialização da América Latina seria possível aumentar a renda e melhorar o bem estar geral, uma vez que ao aumentar a produtividade seria possível repassar os ganhos obtidos com a maior eficiência do capital. Ou seja, salários mais altos, novos investimentos em outros setores e liberação de mão de obra para tais investimentos. Assim, o avanço da técnica atuaria como fator distributivo de renda (PREBISCH, 2000). Francisco de Oliveira tece críticas pesadas a tal argumentação, considerando que desse modo não estava sendo feita uma crítica ao sistema capitalista, mas somente sendo realizados ajustes de performance e resolução dos problemas próprios do desenvolvimento (OLIVEIRA, 2003). No caso brasileiro, no fundo o que se buscava era a consecução da ainda não realizada revolução burguesa nacional, que consolidasse o capitalismo

5 No século XX é possível verificar esse movimento ondulatório, apontado por Kurz como necessário para o capital na sua contradição entre expansão e tentativas de resolução de suas crises (KURZ, 1993).

superando definitivamente o dito atraso. Ainda segundo Oliveira, "*as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, (…) o 'subdesenvolvimento' é uma formação capitalista e não simplesmente histórica*" (IDEM). No limite, não se critica o capital, mas a sua ausência, consistindo em sua afirmação plena. Entretanto, pensamos ser necessário desvelar as implicações do aprofundamento das contradições do capital oriundas do aumento da produtividade; além disso, considerar que não bastaria fazer uma crítica do tipo "*a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil*" (IDEM): a questão deveria ser deslocada para além do tensionamento de classes, questionando o entrelaçamento entre capitais nacionais e internacionais, e em que medida o nacionalismo, no extremo, se situa enquanto defesa dos capitais nacionais. Pensamos que a crítica às teorias do subdesenvolvimento deve ser levada ao extremo, denunciando seu limite inclusive quando estas se colocavam como supostamente anti-capitalista ao reafirmarem-se como nacionalistas – reforçando a defesa do país contra o imperialismo externo, no limite de uma crítica distributivista do capitalismo. E além: há que se considerá-las como também duais. Se superaram a oposição atrasado-moderno, preservam a oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento de modo temporal.

Partimos do pressuposto que a pobreza é inerente ao sistema capitalista. Não há marginalidade, já que a acumulação do capital pressupõe a reprodução da população sob suas bases, mobilizando-a de lá para cá conforme suas necessidades. Logo, não é possível uma argumentação que busque a "inclusão" ao sistema, visto que o próprio já é universal (já inclui a todas as pessoas, de diferentes formas): um mendigo é tão parte do sistema capitalista quanto um grande investidor[6].

E aqui, um processo importante que é apontado como o choque entre o mundo arcaico e mundo moderno, é o da migração das populações de áreas rurais de baixa produtividade às áreas urbanas. Nesse exemplo é possível vislumbrar que as categorias do capital se universalizaram, ao romper com os sistemas fechados e subordinar todas as produções a um preço médio, o preço de mercado; desse modo, igualam-se todas as produtividades e são excluídos os produtores com produtividades mais baixas e preços acima da média. A migração do mundo rural ao urbano assumiu grandes proporções no Brasil, em especial a partir dos anos 1940; tinham como principais destinos as capitais do nordeste e as metrópoles do sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

A chamada industrialização brasileira começou tarde e num momento em que a indústria mundial já operava em escala altamente produtiva. As políticas de viés nacional-desenvolvimentista buscaram incentivá-la, oscilando da proteção alfandegária e do

6 Questões surgidas em discussão em grupo de estudos para a leitura de "O Capital", realizadas no LABUR/DG-USP

fechamento do mercado (como nos períodos das guerras mundiais e da recessão mundial da década de 1930) aos estímulos à importação de maquinaria mais moderna e com por meio de capitais emprestados. Não menos importante é ressaltar que tanto a maquinaria quanto os empréstimos provinham dos países capitalistas “centrais”, extremamente produtivos – há que se ressaltar que a partir dos anos 1910, com o fortalecimento do capital financeiro, crescentes somas de capital ocioso passaram a inundar o mundo todo na forma exportações de capital, como empréstimos ou investimentos em busca de remuneração (LENINE, 1979).

Além da questão referente à alta produtividade da indústria, destacamos a existência de uma taxa já reduzida de uso de mão de obra e a composição orgânica do capital com forte presença de capital constante (máquinas) comparativamente ao período do século XIX, acarretando diferenças sensíveis nos processos de industrialização ao longo do século XX. O aumento da produtividade é forçado pela concorrência, tornando o investimento em capital constante e maquinaria uma obrigação, com a finalidade de redução dos custos de produção: por meio das máquinas, é possível com uma mesma unidade de trabalho produzir mais mercadorias. Se por um lado produzem-se mais e mais mercadorias a um preço mais baixo enquanto generalidade social, por outro o desenvolvimento capitalista e o aprofundamento da acumulação necessitam de proporcionalmente menos trabalho e trabalhadores.

Uma pergunta que se coloca acerca da modernização brasileira é a seguinte: teria a indústria sido capaz de absorver mão de obra na mesma medida em que foram deslocadas pessoas do campo? O argumento desenvolvimentista acredita que isso seria possível, já que por meio da destituição dos setores menos produtivos, seria liberada mão de obra para novos setores de investimento mais produtivos; a perspectiva da ampliação do mercado de trabalho se coloca como infinita, como se o aprofundamento da divisão social do trabalho significasse seu aumento não apenas absoluto como relativo à população. Preferimos ter cautela, especialmente por considerarmos que o aprofundamento da economia de mercado requer que se considere a tensão entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo; isto é, entre o que produz valor e adiciona mais-valia, em relação ao que não produz valor.

A explicação de Francisco de Oliveira considera a estreiteza da margem de acumulação dos capitalistas em países como o Brasil; mas que por meio da super exploração do trabalho, pagando-se salários ínfimos e com a ajuda do contexto político repressivo, seria possível estabelecer um modo de acumulação particular. No entanto, não há garantias de que haja de fato um processo de acumulação nacional com adição de nova mais-valia ao sistema, observando que tais capitais não sobrevivem sem a forte subvenção estatal e por

meio de empréstimos externos. Não se nega a super-exploração do trabalho, ou mesmo a existência da extração de mais-valia: ela é fato, pois está presente na relação capital-trabalho. A questão que se coloca é se, considerando a finança estatal nacional, se essa mais-valia seria suficiente para sobrepassar o investido para permitir a acumulação, ou se se trataria de um sistema deficitário em nova mais-valia, embora tivesse como externalidade o crescimento econômico (baseado num sistema endividado que culminou na crise das dívidas da década de 1980).

É possível que estivesse ocorrendo apenas um processo de distribuição da mais-valia já acumulada. Nesse sentido, em que medida os esforços industrializantes teriam aumentado a parcela de capital retido nos limites nacionais, ou será que essa ação servido a uma acumulação externa? Ou ainda, teria a acumulação externa sido possível também? Antes de tudo, não se trata de fazer uma defesa dos capitais nacionais: queremos tentar discutir os limites da acumulação capitalista e do desenvolvimento, mas sobretudo pelas implicações que isso tem do ponto de vista do trabalho, e para as populações.

Considerando o caráter crítico da acumulação capitalista, como um processo movido pela queda tendencial da taxa de lucro, em que se persegue sempre o preço mais baixo, evidencia-se uma situação de aprofundamento da crise, em que o capital nega sua própria base de valorização e fonte de valor – o trabalho. A crise aqui é considerada não como temporal, mas imanente ao processo de acumulação. Nesse sentido, a industrialização tardia vivida por diversos países seria também um desdobramento da crise de valorização dos países tradicionalmente industriais ou “centrais”, considerando que seus capitais ultra-produtivos não conseguiriam mais encontrar formas de se realizarem que não pela exportação com fins produtivos ou, no momento em que vivemos, puramente especulativos, em que o capital parece ter se autonomizado por completo de sua base produtiva.

Dito de outro modo, há uma contradição entre um sistema cuja finalidade é a valorização do valor e não a produção de mercadorias, que por isso projeta sua expansão para o infinito; de outro lado, há uma população cuja demografia é determinada pelo capital, que crescentemente fica sem emprego. Ainda que não se assuma correntemente a existência de uma “crise do trabalho” nesses termos, é amplamente reconhecido que há uma situação estrutural de aumento do desemprego e redução do trabalho vivo, culminando nas mais variadas formas explicativas duais (de formalidade *versus* informalidade, inclusão e exclusão produtiva de trabalhadores), com paulatina piora das condições de trabalho enquanto precariedade, inconstância, insegurança e instabilidade; vive-se hoje em dia a sujeição completa de estar à disposição de um processo abstrato, que pode mas muito

provavelmente não quer mais o nosso trabalho[7].

A piora nas condições de trabalho invariavelmente acabará por se manifestar nos fenômenos da habitação precária, dos loteamentos clandestinos, das favelas. As paisagens urbanas assumem um outro significado sob tal perspectiva: como estando sob as determinações do capital e das relações de trabalho. Não somente as "paisagens" da moradia precária, como também da cidade dita "central", dos edifícios, condomínios e bairros de casas, desvelando que a própria cidade, enquanto produto, também está sujeita aos fetiches da mercadoria, escondendo suas relações de trabalho.

Favelas em São Paulo e a favela do Vergueiro

São Paulo, 1950. A cidade vive um boom industrial, com crescimento populacional espetacular. "*A cidade que mais cresce no mundo*" (MATOS, 2001). A chegada de imigrantes à cidade é muito alta, e há uma mudança na forma pela qual se abriga a população pobre: a saturação dos cortiços, a crise dos aluguéis, a alteração do padrão de tranportes e os loteamento irregulares de grandes terrenos fora do núcleo central são alguns dos processos relacionados a tal alteração (BONDUKI, in KOWARICK, 1994). A década de 1950 é também o momento da criação de inúmeras favelas, embora na comparação com outras capitais brasileiras a cidade tenha uma pequena população favelada em relação ao total da cidade[8].

Do ponto de vista urbanístico, foram realizadas diversas intervenções especialmente a partir da década de 1930 e 1940, pela implementação do Plano de Avenidas (MAIA, 1930). Alterava-se o modelo de transportes na cidade – do bonde ao ônibus – e de um modelo concentrado de crescimento urbano passava-se a outro, esparso: o advento do ônibus permitiu a instalação de loteamentos em áreas externas ao núcleo urbano existente (BONDUKI, 1980). Além disso, o loteamento da cidade se deu aos pulos, deixando para trás áreas que só posteriormente seriam incorporadas – com a passagem da linha de ônibus em direção ao loteamento mais distante, aquelas terras imediatamente tinham seus preços aumentados. Já há muito se praticava a *retenção de terras,* e toda uma grande área foi loteada à espera da "chegada" da cidade (SEABRA, 1987).

A favela do Vergueiro estava em uma dessas grandes áreas, fora da mancha urbana

---

7 Consideremos nossa base de considerações sobre a crise do trabalho em KURZ (1993), mas há um bom apanhado de definições de variadas vertentes teóricas em DAMIANI (2009), dando conta de seus pontos de concordância.

8 População favelada em 1960: Rio de Janeiro, entre 700.000 e 1.000.000 (mais de 30% da população); Recife, 200.000 (25% da população), Belo Horizonte, 60.000 (8,5% da população); Brasília, 60.000 (50% da população), São Paulo, 70.000, para uma população de 3.7 milhões (1,9% da população) – fonte: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1962.

consolidada. É possível que tenha surgido a partir do despejo de outra favela, a favela do Glicério[9]. A favela do Glicério, na baixada do Glicério por por sua vez teria se originado da favela Prestes Maia, que remete às desapropriações para construção de avenidas como a 9 de Julho e outras nos Campos Elísios, nos anos 1940 (PAULINO, 2009). Essa última favela surgiu às margens do córrego Tamanduateí, ao longo do qual surgiram algumas outras como na várzea do Penteado. Parece-nos relevante que as favelas tenham surgido a partir da própria intervenção estatal, e ainda mais, para a construção de avenidas – o que estabelece uma conexão com o lobby em andamento que permitiria a instalação de fábricas montadoras na década de 1950.

O lobby pró-automóvel também definiu também a resolução do embate sobre os planos de transporte para a cidade, nos anos 1930. De um lado, a Cia Light, então operadora monopolista dos sistemas de bonde da cidade, propunha um sistema de base ferroviária, inclusive com um primeiro projeto de metrô; definia inclusive a incorporação de outros meios trasporte em articulações intermodais, mas a espinha dorsal corria sobre trilhos. Do outro lado, o então prefeito Prestes Maia elaborou o “Plano de Avenidas”, que previa a abertura de quarteirões para construção de avenidas radiais, definindo um sistema de transporte baseado em pneus e ônibus para o transporte público. A escolha pelo segundo plano explica-se pela perspectiva rodoviarista que passa a ser regra nacionalmente para o poder público (BONDUKI, in VALLADARES, 1983).

Com o sistema de transportes baseado nos ônibus, foi possível que se desenvolvesse o que Bonduki (IDEM) chamou de “padrão periférico” de crescimento da cidade. À especulação imobiliária foi possível avançar para fora da cidade, uma vez que o sistema de transportes anterior – o bonde – exigia alta densidade populacional e uma cidade mais compacta. A partir dos anos 1930 e 1940, diversos loteamentos – muitos dos quais clandestinos – passaram a surgir em áreas nas quais até então se praticava a retenção de terras.

Se por um lado surgem os loteamentos fora da cidade, por outro, nos anos 1940 vive-se uma crise do aluguel a partir do seu encarecimento em decorrência de processo inflacionario: os preços, inclusive nos cortiços, aumentaram dramaticamente e levaram à uma inversão da tendência então dominante – da moradia popular em cortiços (IDEM). Considerando que as primeiras favelas observadas surgiram entre 1930 e 1940, pode-se considerar como tais processos estando inseridos em um mesmo contexto.

Mas se a favela do Vergueiro surgiu a partir do despejo de outras favelas, oriundas de desapropriações para construção de avenidas, o que explica que ela, em menos de 10

9 De acordo com entrevista realizada com Antonio imigrante italiano vizinho residente nas imediações da antiga favela doVergueiro.

anos, tenha atingido a assombrosa cifra de 10.000 pessoas? Para isso, há que se considerar que a maioria das pessoas que ali viveram[10] não havia nascido na cidade, tendo emigrado do interior paulista, Minas Gerais e diversos estados do nordeste brasileiro, integrando a enorme massa de migrantes que constantemente chegou a São Paulo e Rio de Janeiro de 1930 em diante. Se o cortiço até então abrigara predominantemente negros e italianos, a favela conteria predominantemente a população de outras cidades e estados; e não enquanto como moradia provisória, mas definitiva.

E interessou-nos desde o princípio a investigação acerca das formas de trabalho desempenhadas pela população que habitava essa favela. Conforme os entrevistados já citados, os homens trabalhavam principalmente na construção e atividades associadas – pedeiros, carpinteiros, pintores etc. Já as mulheres eram sobretudo donas de casa, faxineiras ou empregadas domésticas, trabalhando nas imediações. Mesmo nas fábricas das imediações, praticamente não havia residentes da favela em funções industriais. Em regra geral, era uma população de passado rural recente, com poucas habilidades exigidas pelos empregos urbanos mais qualificados.

Esse dado nos é interessante por expressar o aumento progressivo de uma população cujo trabalho se situava no chamado setor de serviços ou na construção, mas de forma mais ligada aos setores do trabalho improdutivo – isto é, aqueles que não produzem mais-valor. A crise do trabalho está presente no fato de a industrialização em marcha acentuar a proporção da população nesses setores, que sob esse signo diz respeito à precariedade, oscilação, baixa remuneração etc. A favela do Vergueiro localizava-se numa área não tão distante do centro – em contraste com loteamentos na periferia – o que significava uma economia de transporte; a casa era a outra economia, ainda que internamente à favela formaram-se complexas estruturas de sub-locação ou construção de barracos para a venda, de modo a existirem diferenças de rendimentos mensais consideráveis.

A favela subsistiu até meados de 1969, quando foi despejada durante o período mais violento da ditadura militar. O terreno pertencia a uma família industrial e tinha sido objeto de disputas judiciais com arrendatários que se arrataram por mais de 20 anos. Se ela foi extinta, as pessoas sairam dali e foram habitar outras favelas e bairros periféricos, incluindo de outras cidades da região metropolitana. Assim, ao tratar do Vergueiro, estamos dialogando com favelas atuais e a chamada “periferia” dos dias de hoje.

---

10 Sobre moradores da favela, baseamos nossas afirmações em entrevistas feitas com antigos vizinhos e comerciantes que viveram no período da favela do Vergueiro, tendo frequentado-a seja por relações de trabalho, amizade ou lazer (como nos bares, campos de futebol e bailes). Informações complementares foram encontradas nas sessões do Diário Oficial do Estado de São Paulo, em especial por ocasião da “Comissão de Desfavelamento”, cujas atividades ocorreram ao longo de 1967.

“Paisagens” da cidade e relações de trabalho

Através dos trabalhos de campo e das entrevistas feitas na Chácara Klabin (o “bairro” que surgiu após o despejo da favela), nos deparamos com questões importantes, como o contraste entre o que existe hoje e o quadro do período da favela. E destacamos que a paisagem detém sob sua aparência as relações de trabalho dos períodos que representam as construções.

Na investigação sobre as relações de trabalho, descobrimos não-moradores como atores sociais que estruturaram relações de emprego. Francisco, imigrante italiano, trabalhou como empreiteiro autônomo, tendo contado com muitos ajudantes de pedreiros, pedreiros e carpinteiros da favela do Vergueiro. Além disso, como outros proprietários de casas de classe média, teve mulheres da favela como empregadas domésticas, justificando-o pela abundância da oferta e o salário baixo que era possível pagar. No presente texto, destacaremos apenas questão da construção e do emprego masculino, por conta da maior disponibilidade de informações.

Uma pessoa que visite o local muito dificilmente se daria conta de que ali aonde se erguem altos e luxuosos edifícios, se erguera outrora a maior favela da cidade. Essa questão não é menos importante para o estudo da favela do Vergueiro.

Certos detalhes geram certo incômodo à observação: hoje em dia a Chácara Klabin visivelmente tem prédios bem mais altos que todo seu entorno, como um bloco compacto elevado. O que outrora foi favela coincide com esse local, e possivelmente boa parte dos prédios foram construídos em terrenos limpos. O local, diferentemente das vizinhanças, não abrigou o “típico” bairro de casas de classe média, muitas delas geminadas, das décadas de 1930 até 1960[11] nas áreas mais ou menos próximas da região central. Perdizes, Vila Mariana, Santana[12], são hoje tomados por edifícios com uma sucessiva demolição de casas, mas num processo ainda em constituição; diferentemente, a Chácara Klabin passou de um processo de favelização maciço diretamente para os prédios de alto padrão, feitos por empresas construtoras. Mas seu entorno é de casas de classe média, feitas por empreitada, ou no molde “construção da própria casa para alugar e morar nos fundos”[13]

Há indícios de uma alteração no padrão de construções na cidade, possivelmente iniciada a partir da crise do aluguel do pós Segunda Guerra Mundial e predominante em meados

---

11 Não que esse tipo de construção tenha cessado depois dessa data.

12 Bairros que tradicionalmente abrigam residências de classe média de São Paulo, que guardam certa similaridade com a Vila Mariana (que contém a Chácara Klabin).

13 Entrevista com Francisco

dos anos 1960, quando a casa geminada passou a ser substituída pelos edifícios residenciais. Essa mudança está longe de ser somente estético-urbanística, pois reflete uma alteração na construção da moradia enquanto sintetizador de determinadas relações de trabalho.

A casa da classe média, geminada, era construída na maioria das vezes sob a contratação de empreiteiros individuais, como Francisco[14]. Ele relatou trabalhar na construção de casas unifamiliares, tendo trabalhado em diversos bairros sob o regime de "empreitada"; isto é, a construção de casas sob encomenda, como um trabalho autônomo e que contrata seus ajudantes.

Ainda que tenha a aparência de uma reprodução simples, essa pequena construção da "empreitada" é consumidora de produtos industriais como tijolos, telhas, concreto, aço, gesso etc. O empreiteiro vende sua mão-de-obra embutida no preço da casa mais os custos de materiais; a casa é vendida pelo seu preço, e o trabalho é pago pelo seu preço: há uma troca de equivalentes; diferentemente dos prédios, que são feitos por empreendimentos maiores, em que se exclui a empreitada individual e entra a empresa capitalista, com contratação de grande número de peões. Há que se considerar diferenças no tocante à extração de mais-valia e à acumulação.

A construção das casas raramente leva ao enriquecimento, ou a mudança do empreiteiro à condição de capitalista. Isso só ocorre por meio do investimento capitalista, quando da ampliação do tamanho das obras e a necessária contratação de mais trabalhadores, com consequente especialização do trabalho. O pequeno empreiteiro dorme na obra assim que fica pronta a escada, trabalha junto e ainda que seja o contratado, é também trabalhador da construção, não se constituindo como o capitalista típico. Mas as relações são mediadas pelo dinheiro, ele faz algum cálculo, no sentido de ter um ganho – ainda que se confunda com o pagamento de seu salário[15].

Já na obra enquanto investimento capitalista, a coisa é outra. Constrói-se em massa, há crescente especialização do trabalho, surgem os arquitetos, engenheiros, depois os marqueteiros, publicitários, mas também empresas especialistas em elevadores, cimento, fiação, fundação etc. O que na empreitada individual é feito na totalidade pelo mestre de obras, o pedreiro e o ajudante – que aprendem os ofícios da totalidade da obra – é fragmentado e alienado na obra de empresas. Nela, se constitui, aí sim, algo mais próximo ao proletário da indústria da construção civil, com a possibilidade de regulação setorial do salário, mas sobretudo pela extração de uma mais-valia mais explicitamente apresentada

14 Um de nossos entrevistados.
15 Questão inconclusa, que deverá ainda ser melhor investigada nessa pesquisa.

(enquanto salário mensal e não por obra)[16].

Na empreitada individual há um preço definido de antemão para toda a obra, a ser pago pelo contratante. O sentido da obra é a produção do valor de uso, *casa*, com finalidade de obter um pagamento pela mão-de-obra que se coloca aparentemente como custo de trabalho. Paga-se por equivalentes. Para o pequeno empreiteiro, há o desejo de terminar a obra o mais rápido possível, já que o preço já foi definido; a obra que se arrasta e demora é prejuízo para ele, que começa a negar serviços. Dessa forma ele nunca enriquece; no máximo tem sua casa e seu carro de obra meio velho (hoje em dia, Santana, ontem, Monza)[17]. Isso do ponto de vista do construtor, o que constrói a casa.

O entorno da Chácara Klabin é de casas feitas nesses moldes, ou no molde "construção da própria casa para alugar e morar nos fundos", conforme depoimento já citado de Francisco. Mas ainda que do ponto de vista do trabalho se constituam aparentemente enquanto reprodução simples, as casas de aluguel foram por muito tempo um investimento, um negócio para aplicação capitalista, em que uma mesma pessoa ordenava a construção de uma série de casas para poder colocá-las para alugar: além da renda, que é como um juro sobre o capital investido no imóvel, a casa é uma reserva de dinheiro, congelado na forma da mercadoria casa.

É importante para nossa investigação acerca do trabalho a decifração dessas redes, pois é a identificação de um tipo de empregador dos favelados: um construtor autônomo, sem capital, pago pelo preço da mercadoria "casa" (o que diminui a margem de remuneração do trabalhador sub-contratado) e a situação de instabilidade, que se expressa com mais agudeza para o favelado.

Isso não quer dizer que não haja trabalhadores de grandes firmas na favela: muito provavelmente havia; mas aqui interessam os elementos fornecidos a partir da identificação de um "circuito" aparente, isto é, o empreiteiro autônomo e seus contratados.

Podemos pensar a crise do trabalho enquanto um incremento do setores improdutivos e a consequente diminuição do valor a distribuir enquanto salário. Não é porque o trabalho é super explorado que ele produz muita mais-valia; pode-se dar justamente o contrário: o trabalhador trabalha demais porque quase não há valor para remunerá-lo na forma de salário.

Aqui, acreditamos que, ao contrário do proposto por Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, op. Cit.), a acumulação não se dá, e ainda assim existe exploração do trabalho, em que o

---

16 No entanto, há que se considerar toda uma gama de possibilidades para a empresa da indústria da construção, que pode constituir-se nos mais variados níveis, da regularização à condição mais oscilante e precária, tal como discute DAMIANI, 1984 ao tratar da sub-contratação.

17 Conversas com Luis, pedreiro que executou pequenos serviços de obra em minha casa durante a elaboração dessa pesquisa.

trabalhador consegue pagar sua habitação e se reproduzir ainda que isso não signifique o enriquecimento do empregador – que nesse caso não é propriamente um capitalista.

Assim, se encaixa como o que Kowarick (KOWARICK, op. Cit.) chama de uma mão de obra flutuante, volante, que inclusive poderia circular de uma parte para outra da cidade também por seus baixos custos de moradia. Mas o autor ainda está na chave de que essa mobilidade permitiria uma compressão maior dos salários, o que desse modo negaria a existência de uma crise inerente à acumulação.

Mas há concordância com o autor quando este coloca a dificuldade de, ao tratar da extensa população miserável, falar em um "exército de reserva", já que a mercadoria que tem a oferecer no mercado é somente a mão de obra braçal, em grande medida supérflua; e que ao contrário dos países capitalistas plenamente desenvolvidos, não há uma estrutura social capaz de sustentar toda essa população excedente (IDEM). Mas ele não chega a considerar que é o próprio desenvolvimento das forças produtivas, via incremento do capital constante, que expulsa o trabalho. Ainda, pode-se dizer que a industrialização paulistana atingiu um limiar de incorporação de trabalho, e que com a continuidade do incremento da produtividade a mão de obra fabril tenha se diversificado em outros elementos, incluídos na reprodução do capital constante.

Desse modo, chegamos a apontamentos preliminares, no sentido de considerar a industrialização tardia, que se deu no Brasil, não foi capaz de incorporar a mão de obra afastada pela universalização das categorias do capital. A imposição do mercado e a formação de um preço nacionalmente expulsou milhões de pessoas do campo, que foram deslocadas para as cidades na promessa de conseguir empregos. Entretanto, por um lado a abundância de mão de obra disponível, e por outro a dificuldade de acumulação das indústrias nacionais face a um elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas, expostas à concorrência global, levou à formação de uma extensa gama de formas de emprego, sobretudo pautados pela super-exploração, baixos salários e instabilidade. Nesse contexto, as favelas não são uma forma de permitir a acumulação, como frequentemente a literatura sobre o assunto fala: são expressão da crise inerente do capital, expressa na crise do trabalho.

Por último, cabe mencionar a obra autobigráfica de Carolina Maria de Jesus, "Quarto de Despejo". A escritora, moradora da favela do Canindé (década de 1950 a 1961), conta sua vida enquanto favelada e de que formas conseguia seu sustento: catava papel, ferros e fazia outros pequenos serviços; como ela havia outras pessoas e algumas poucas tinham empregos fixos. A favela, longe de estar a margem da sociedade – como chegara a aparecer inclusive a julgar pelas políticas de "desfavelamento" para acabar com elas – são,

como diz a autora, o quarto de despejo da cidade.

Bibliografia

BONDUKI, Nabil G. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria.* São Paulo: Estação Liberdade, 2004, (4a edição) .

DAMIANI, Amélia Luisa. "*Urbanização crítica e produção do espaço*". ***Cidades***, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 307-339, julho/dezembro/2009.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960.

KOWARICK, Lúcio. A *espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

_____, (org). As lutas sociais e a cidade – São Paulo: passado e presente. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

_____, *A ruptura ontológica*. 2004. Disponível em: http://obeco.planetaclix.pt/rkurz282.htm . Acessado em 03/08/2010.

LENINE. V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. in Obras Escolhidas volume 1. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

MAIA, Prestes. *Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930.

MARX, Karl. O Capital – *Crítica da economia política - Volume I – Livro primeiro – Tomo 1 – O processo de produção do capital*. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Abril Cultural, 1985.

_____. O Capital – *Crítica da economia política – Volume III/1 – Livro terceiro – O processo global da produção capitalista*. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *A cidade que mais cresce no mundo: São Paulo território de Adoniran Barbosa*. São Paulo Perspec**.**, São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05/04/2010. doi: 10.1590/S0102-88392001000300008.

OLIVEIRA, Fransico de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULINO, Jorge. *O pensamento sobre favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas*. Dissertação de mestrado. FAU-USP. São Paulo, 2007.

PREBISCH, Raul. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. In: BIELSCHOWSKY, Ricado (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal, volume 1*. Rio de Janeiro / São Paulo: Cofecin – Cepal, Record, 2000.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Desfavelamento do Canindé*. São Paulo, Divisão de Serviço Social, 1962.

VALLADARES, Licia do Prado (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

VIEIRA JR. Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850).* Fortaleza, Hucitec, 2004.

Jornais e revistas

Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOSP. Vários anos, entre 1952 e 1970. Consultado em

http://www.jusbrasil.com.br